

Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo

Eliane Brenneisen¹

Resumo: A migração dos jovens rurais para as cidades tem sido uma preocupação constante por parte das organizações civis ou públicas envolvidas no processo de reprodução da agricultura familiar. Em vista disso, estratégias organizacionais visando à permanência do jovem no campo têm sido desenvolvidas. Esse artigo focaliza especialmente duas estratégias colocadas em prática no âmbito de um projeto de desenvolvimento rural denominado “Vida na Roça”: a primeira no campo econômico-produtivo e a segunda no campo cultural e de lazer por meio da criação de um grupo de teatro-educativo. O artigo aborda ainda aspectos das relações intrafamiliares no campo.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, migração campo-cidade, teatro-educativo.

Abstract: The migration of rural young people to the cities has been a constant concern on the part of civil and public organizations involved in the process of reproduction of familiar agriculture. Therefore, organizational strategies aiming the residence of this youth in the countryside have been developed. This article focuses in particular on two strategies placed on practical under a rural development project called “Living in the Country”: the first in the economic-productive field and the second one in the cultural field and leisure through the creation of a group of theater-education. The article also discusses aspects of interfamiliar relations in the countryside.

Keywords: rural development, migration city-country, theater-education.

Em uma comunidade rural situada no município de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado do Paraná, desenvolve-se, desde o ano de 1996, um projeto denominado “Vida na Roça”, cuja iniciativa é da Associação de Serviço e Orientação Rural (Assesoar).² Os agentes dessa organização não-governamental - referenciados pelo fato de que na execução de ações de intervenção social, cuja meta seja a promoção da autonomia e da emancipação dos sujeitos sociais, é imprescindível o conhecimento das características socioculturais da comunidade na qual ocorrerão as ações propostas - optaram por desenvolver um projeto que, desde o início se pretendia exemplar, em uma comunidade na qual já haviam promovido, em um passado recente, ações congêneres, porém não com essa dimensão e abrangência.

Desenvolvido inicialmente em uma conhecida comunidade e que possuía um acentuado grau de coesão social — uma vez que já se encontrava estabelecida no local desde a década de 1950, além do fato de que seus membros estavam vinculados por estreitos laços de parentesco — a expectativa era de que a experiência advinda desse projeto³ pudesse fornecer elementos para estendê-lo às demais comunidades do município, como de fato ocorreu, passado um período de seis anos. Na atualidade, o projeto abrange dez comunidades rurais e se estendeu a um outro município próximo (Dois-Vizinhos), localizado na mesma região.

O segmento agricultura familiar representa um setor significativo na economia do país e constitui espaço privilegiado para ações de desenvolvimento como as propostas, que busque superar a visão produtivista ou determinista do econômico, ou seja, ações cuja dimensão econômica seja concebida como indissociável dos aspectos ambientais. Além do aspecto propriamente ambiental, o conceito vem recebendo, nos últimos anos, novos contornos à medida em que os atores da sociedade civil desenvolvem novos conteúdos e interpretações, fruto da experiência acumulada, acerca do que venha a ser de fato desenvolvimento rural sustentável. Esse debate sobre a sustentabilidade envolve ainda acadêmicos e técnicos dos organismos estatais, cuja contribuição tem sido fundamental para colocar na pauta dos governos nos três níveis Federal, Estadual, Municipal, espec-

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: brenneis@uol.com.br

² A Assesoar é uma organização não-governamental fundada no ano de 1966 por padres belgas e sediada no município de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado do Paraná.

³ A Assesoar, objetivando selar um projeto de desenvolvimento rural sustentável na comunidade estudada, denominada Jacutinga, procurou estabelecer parcerias, inicialmente junto ao sindicato de trabalhadores rurais e, depois, junto a uma instituição de ensino superior municipal (hoje integrada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste); posteriormente outras organizações civis e públicas foram incorporadas ao projeto, tais como a Empresa Brasileira de Extensão Rural e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

tos do desenvolvimento sustentável, como os educacionais, culturais e de lazer, por exemplo, os quais historicamente têm recebido parca atenção em meio aqueles aspectos considerados mais relevantes ou de maior urgência.

A abordagem em questão tem ainda como pressuposto a participação efetiva da população, considerando sempre as fases de elaboração, execução e avaliação dos projetos. Nessa concepção, as ações políticas são construídas pela comunidade, partindo-se do pressuposto de que estas conhecem melhor que ninguém sua realidade social e cultural e aquilo que é melhor para seus membros. Dessa maneira, procura-se evitar as já tão conhecidas políticas públicas verticalizadas, abrindo-se a possibilidade para que os atores sociais se tornem protagonistas de seu próprio desenvolvimento, um dos requisitos fundamentais (certamente não o único) para a tão almejada autonomia na agricultura e emancipação política dos sujeitos sociais.⁴

Os agricultores familiares, organizados em torno das entidades que os representam, sindicatos e ONGs, fundamentados nessas premissas, têm buscado alternativas estratégicas que se revelam na opção por sistemas de produção baseados em métodos naturais e livres de agroquímicos, a chamada, no Brasil e países europeus, de “agricultura orgânica”, além da busca por processos de agroindustrialização em pequena escala associada à busca de meios para que se concretize uma comercialização mais autônoma.⁵

Certamente um projeto dessa natureza e a construção ou aprimoramento de um *capital social* previamente estabelecido nesses locais, associado a adoção de estratégias de *empoderamento* dos sujeitos sociais é um processo que requer meios para a superação da apatia inerente de um modelo sócio-cultural que nunca se preocupou com a incorporação dessas camadas nas decisões dos assuntos que lhes dizem respeito.⁶

A concretização de uma cultura cívica que leve os cidadãos à ingerência nos assuntos do campo político, considerado por eles esferas à parte das suas vidas cotidianas, a não ser no *tempo da política* como tão bem demonstrou Moacir Palmeira⁷ e Beatriz Heredia⁸, é um trabalho que requer a invenção e reinvenção de estratégias focadas nos sujeitos sociais, e que de fato contribua para a almejada conquista da autonomia e da emancipação social. Além disso, é preciso a compreensão de que a busca da emancipação social é um aprendizado lento e gradual, tanto para os sujeitos sociais envolvidos, como para as instituições parceiras e demais agentes, que têm a oportunidade de se auto-educarem orientados por prerrogativas dessa natureza.

No projeto “Vida na Roça”, desde as suas primeiras formulações, essa abordagem específica esteve presente quando se procurou contemplar as quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento rural sustentável: econômica, ambiental, política e social. As ações desenvolvidas na comunidade estudada foram simultâneas, no entanto, nos limites deste artigo, abordar-se-á tão somente as ações desenvolvidas visando a juventude rural, sendo que uma delas corresponde ao campo econômico-produtivo, propiciando a ocupação da mão de obra familiar por meio do associativismo e a conseqüente agregação de valor aos produtos por meio de processos agroindustriais, e outra no campo cultural e de lazer por meio da criação de um grupo de teatro educativo. Ambas as estratégias visavam a reprodução da agricultura familiar. A primeira possibilitando maiores rendimentos da atividade agrícola para o conjunto do núcleo familiar e a conseqüente permanência do jovem no campo, dando continuidade à atividade de seus pais, e a segunda focando as políticas culturais e de lazer.

No que se refere à formação das associações, a qual envolvia toda a família, incluindo-se os jovens de ambos os sexos, o trabalho inicial desenvolvido assentava-se em reuniões de discussão sobre os benefícios da cooperação, na busca de alternativas produtivas e organizacionais, tanto no que se refere à produção agroecológica, como no que se refere à busca de modalidades mais viáveis de organização das famílias para o desenvolvimento das atividades econômico-produtivas.

⁴ Sobre o assunto, consulte-se: ALMEIDA, Jalcione. A busca da autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia**, Produção familiar, processos e conflitos agrários. Porto Alegre, v. 6, 1996; BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Ferreira. **Reconstrução da ruralidade e desenvolvimento socioambiental**. VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural, Alasru, Porto Alegre, 2002.

⁵ Cf. ALMEIDA, Jalcione. A busca da autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. In: **Cadernos de Sociologia**, Produção familiar, processos e conflitos agrários. Porto Alegre, v. 6, 1996; ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

⁶ Sobre o assunto consulte-se: BAQUERO, Marcelo. Capital social como caminho alternativo na construção democrática: reflexões sobre o Brasil. In: NAZZARI, Rosana Kátia (Org.). **Temas de Ciência Política**. Cascavel: Edunioeste, 2004.

⁷ PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

⁸ HEREDIA, Beatriz M.A. Política, família, comunidade. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

Como resultado dessas reuniões, formaram-se quatro associações, compostas, cada uma delas, por uma média de 8 famílias. Essas, por sua vez, na busca de alternativas que proporcionassem maior rendimento às famílias, voltaram-se para a formação de agroindústrias em pequena escala. Na atualidade, existem no local quatro agroindústrias: duas de queijo colonial, uma de processamento de açúcar mascavo e outra de processamento de embutidos.

Entretanto, um projeto dessa natureza, como era de se supor – se tratando de algo inerente aos processos sociais - não ocorre de forma linear, como é o caso da associação denominada “Festa na Roça” selecionada para este estudo de caso. Esta associação é representativa das dificuldades que se interpõem em processos sociais como o estudado, considerando a cultura e o modo de vida do homem do campo. A análise mostra tanto os percalços de experiências como a descrita como também os rearranjos que ocorrem no decorrer do processo organizacional, cujo objetivo era a implantação de uma pequena fábrica de queijo colonial.

A associação “Festa na Roça” localiza-se numa sub-região da comunidade estudada, na qual todos os moradores possuem algum grau de parentesco. Ao se chegar a esta sub-região, logo se avista, na primeira propriedade, o que chama a atenção, uma construção onde funcionava anteriormente uma agroindústria, agora desativada, e, mais à frente, em uma outra propriedade, uma outra agroindústria em pleno funcionamento. Ao entrevistar seus moradores, nas suas falas, descortina-se uma realidade que não é diferente de outras iniciativas dessa natureza, salvo as especificidades dessa experiência.⁹

No ano de 1998, cinco famílias, pertencentes a essa associação, decidiram pela organização de uma pequena fábrica de queijo colonial, na expectativa de que, através do processamento do leite, pudessem obter maiores rendimentos da atividade leiteira, como também envolverem no trabalho toda a mão de obra familiar, sobretudo a dos jovens. Providenciaram a documentação legal, buscaram conhecimentos específicos acerca da atividade que iniciavam e informalmente definiram aspectos referentes à organização do trabalho, comercialização da produção e divisão dos rendimentos. Dois integrantes de cada família encarregavam-se da fabricação do queijo em um dos dias e três integrantes em outro dia, assim sucessivamente durante todos os dias da semana. Essa atividade perdurou até o ano de 2002, quando os sócios decidiram pelo fechamento da fábrica, localizada em uma das propriedades. Três integrantes desse grupo, numa outra propriedade, ainda no ano de 2002, deram seqüência à atividade que já vinham desenvolvendo, construindo, em uma das propriedades, uma outra fábrica.

Para as famílias pertencentes ao primeiro grupo, o empreendimento não teve continuidade porque as expectativas quanto ao rendimento não se haviam concretizado. Um dos entrevistados desse grupo, expressando tanto as motivações que o levaram a aderir à atividade, quanto as que fizeram com que a fábrica fosse desativada, ressalta: “a gente fazia reuniões e falavam que o queijo dava mais, rendia mais, e que era menos serviço, mas não é assim, dá muito serviço e o lucro não é grande”.

Para as famílias que deram continuidade à atividade anterior, construindo uma outra fábrica, embora concordando com a insuficiência dos rendimentos, as motivações eram de outra natureza e estavam relacionadas à maneira como se deu a organização daquele primeiro empreendimento.

Em primeiro lugar, as relações do ponto de vista econômico entre as famílias não eram simétricas: umas possuíam propriedades cuja extensão eram maiores que as outras - numa escala de 50 hectares para a maior propriedade e 20 hectares para a menor – e, conseqüentemente, possuíam um número maior de cabeças de gado leiteiro que as demais. Ou seja, nem todos produziam a mesma quantidade de leite/dia. Havia aqueles que diariamente produziam 100 litros de leite e outros que produziam 30 litros. As famílias, após a comercialização do queijo, recebiam o correspondente à quantidade de litros de leite produzido por cada uma delas. No entanto, no que se refere ao trabalho efetuado pelas famílias na fabricação do queijo, não havia uma remuneração específica, o que era motivo

⁹ Através de pesquisas realizadas anteriormente constatei em assentamentos rurais processos sociais semelhantes. Sobre o assunto consulte-se: BRENNEISEN, Eliane. **Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro.** São Paulo, Editora Annablume, 2005; BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste paranaense: encontros e desencontros na luta pela terra. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, abril de 2004.

Dossiê Campo e Cidade

de insatisfação, ou seja, havia famílias que trabalhavam mais que outras, uma vez que algumas produziam quantidades menores de litros/dia, justamente aquelas que possuíam propriedades menores.

Um dos jovens entrevistados desse grupo assim se expressou a esse respeito: “Eram três [famílias] que iam mais, eles eram mais mão-de-obra. Uns tinham mais leite...eles tinham mais leite que nós, tinha uns que trabalhavam mais que os outros, não era bem dividido. Eles tinham cem litros e o outro sócio 30 e trabalhava igual!

Além do aspecto mencionado acima, havia mais duas razões que eram motivo de desentendimentos. Uma delas, também responsável pela assimetria na produção leiteira, era a raça dos animais que possuíam. As duas famílias com propriedades maiores possuíam um plantel de uma raça (Holandesa) e as outras três um plantel de outra raça (Gersey); esta última, segundo eles, a mais indicada para a produção do queijo por possuir maior quantidade de gordura no leite. A outra razão dizia respeito à opção pela produção orgânica de queijo colonial, algo que permeava as discussões desde que iniciaram o empreendimento.

Quando perguntei se tentaram procurar contornar as dificuldades que se apresentavam, um agricultor explica: “Sempre eles falavam que iam mudar o gado, mas iam caindo fora. No começo eles disseram que iam mudar, quando foi iniciado, daí foi indo, foi indo, um, dois anos, e daí ficou na mesma. Era também pra ser orgânica logo que foi iniciado, daí também não ficou...”.

Após o fechamento da fábrica, as duas famílias cujas propriedades eram maiores, voltaram a comercializar o leite *in natura* para os laticínios da região e as outras três famílias, cujas propriedades eram menores, deram seqüência, como mencionado anteriormente, à mesma atividade, construindo uma outra fábrica, porém, com um diferencial: a opção integral pela conversão produtiva, produzindo leite a pasto ecológico, o qual, por sua vez, permitiria a produção de queijo colonial orgânico, algo que intencionavam, como já mencionado, desde a construção da primeira fábrica. Obtiveram para isso, assim como os demais produtores de orgânicos da comunidade, a certificação da Rede de Agroecologia Ecovida.

Do ponto de vista da organização do trabalho, não houve alterações substanciais em relação à organização anterior. A cada dia um integrante do grupo familiar, uma mulher, a mãe ou a filha, assim como acontecia no empreendimento anterior, se encarregava da fabricação do queijo. A comercialização ficava a cargo de um dos filhos de um agricultor que os comercializava nos supermercados localizados no município de Francisco Beltrão. As posições ocupadas, nesse caso específico, nos remetem à própria divisão do trabalho culturalmente definidas no meio rural, quando à mulher, historicamente, tem sido reservado o espaço doméstico e aos homens, o espaço público.¹⁰ A ordenha das vacas leiteiras também continuava sendo uma atribuição das mulheres. Os homens diziam que ajudavam, quando necessário.

A distribuição dos rendimentos também permanecia como na experiência anterior, ou seja, de acordo com a quantidade de litros/dia produzidos em cada propriedade. Da mesma maneira que anteriormente, essa produção não era simétrica, porém, mais equânime. De acordo com informações obtidas junto às famílias, cada uma delas produzia respectivamente 35, 40 e 60 litros/dia.

Embora se observem semelhanças entre o primeiro empreendimento e o segundo, sobretudo em termos organizacionais, havia aspectos que os distinguiam: o compartilhamento de valores semelhantes e a confiança irrestrita entre seus membros. No que se refere ao primeiro aspecto, isso é perceptível pela escolha feita pelas três famílias que apostavam na produção orgânica, uma escolha econômica, mas também política. Quanto ao segundo aspecto mencionado, a confiança entre seus membros se revelava na maneira como se desenvolvia a comercialização e distribuição dos rendimentos, como visto, apenas de responsabilidade de uma pessoa, filho de um dos agricultores. Ele mesmo ressalta esse aspecto na entrevista concedida, demonstrando quais requisitos eram fundamentais para o sucesso de um empreendimento dessa natureza: “[...] acho que a

¹⁰ Sobre as relações de gênero na agricultura consulte-se: BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

pessoa tem ser madura. Tem que confiar muito um no outro, [por exemplo] como é só eu que vendo, se eu for lá querer fazer um chuncho, eu faço, né? Então a confiança é o principal e isso não é fácil. [...] por isso que em muitos projetos eles chegaram à conclusão que não dá certo, a visão é que é melhor individual.”

Um outro aspecto que se pode observar tanto num empreendimento como no outro é a adoção de cálculos simplificados. Parte dos desentendimentos ocorridos no primeiro empreendimento poderiam ter sido contornados através da adoção de cálculos matemáticos mais elaborados e de uma contabilidade mínima, opção recusada tanto porque demandaria conhecimentos, o que a maioria não possuía, como também porque colocaria em xeque os valores da agricultura familiar, sobretudo quando se trata das relações de parentesco: o da confiança recíproca entre seus membros.

Ao ser indagado por mim sobre recebimento de remuneração específica, o jovem responsável pela comercialização da produção respondeu negativamente. Não recebia pelo trabalho, tampouco se sentia explorado, uma vez que quando havia necessidade as outras duas famílias vinham ajudá-lo nas demais atividades da propriedade, como semear pasto, fazer piquetes ou até mesmo ordenhar as vacas. A ajuda mútua corresponde a uma modalidade própria das relações estabelecidas no campo, a qual obedece a um outro cálculo, o da troca de favores ou o da retribuição a favores prestados. São relações que prescindem de acordos formais ou verbais, encontram-se, pois, implícitas, e o fato de esse jovem se responsabilizar pela comercialização era visto pelas demais famílias como um favor que deveria ser retribuído em momentos de necessidade. Caso essa retribuição não ocorresse, haveria uma quebra do acordo implícito, gerando desentendimentos ou até mesmo a descontinuidade do projeto.

A opção das famílias pelos processos de agroindustrialização em pequena escala se fez também, como já mencionado anteriormente, no sentido de oferecer oportunidade de trabalho para os jovens, possibilitando que permanecessem no campo, junto aos pais. As três famílias que optaram por esse empreendimento puderam, por meio dele, oferecer aos seus filhos essa possibilidade: aos filhos homens couberam atividades específicas no campo da produção e naquelas próprias do espaço público, como ocorreu com o jovem responsável pela comercialização, às filhas mulheres couberam atividades sobretudo na fabricação do queijo.

Se, por um lado, as oportunidades econômicas e de trabalho são fundamentais para a permanência do jovem no campo, os agentes envolvidos avaliavam que, por si só, eram insuficientes. Pelo menos três aspectos foram considerados fundamentais para que os filhos permanecessem nas suas respectivas propriedades junto aos pais: o acesso à educação específica para o homem do campo¹¹, o desenvolvimento de políticas culturais de juventude e a criação de oportunidades de lazer aos jovens.

No que se refere aos dois últimos aspectos, os agentes do projeto “Vida na Roça”, percebendo a necessidade de oferecer, principalmente aos jovens, oportunidades culturais e de lazer, passaram a formular ações de intervenção que viessem ao encontro dessas demandas. Talvez a utilização da expressão *ações de intervenção* não correspondesse exatamente ao que pretendiam. No entanto, pode assim ser caracterizada, uma vez que fora primeiro idealizada por esses agentes, sendo em seguida a comunidade envolvida no processo através de metodologias participativas. O fato é que as ações – ou antes destas, a própria idéia do projeto - no campos culturais e de lazer, em si, estavam relacionados à constatação de que estaria ocorrendo o abandono das áreas rurais, principalmente por parte dos jovens, rumo às cidades, em busca de outros meios de vida. Os jovens entrevistados demonstraram conhecer as razões que subjaziam à formulação do projeto, fato que pode ser observado em um dos depoimentos: “É que muita gente estava saindo daqui, muitos achavam que não tinha futuro aqui, as pessoas tinham pouca terra. Então eles mostravam pra gente que era possível tirar um bom dinheiro mesmo de um pedaço pequeno de terra”. Os agentes responsáveis, principalmem-

¹¹ Sobre o projeto educacional desenvolvido na comunidade estudada consulte-se: CEREZOLI, J; BRENNEISEN, E. C. Leitura e interdisciplinaridade em uma escola rural. *Línguas & Letras* (UNIOESTE), v. 8, p. 40-45, 2007.

Dossiê Campo e Cidade

te os vinculados à Assesoar, avaliavam que as oportunidades econômicas eram fundamentais à permanência do jovem no campo e ações nesse sentido foram estimuladas, como as mencionadas iniciativas no campo da agroindustrialização, mas, por si só, como visto, consideravam-nas parciais.

Os jovens se apercebiam também do empenho dos agentes, para que permanecessem no campo junto aos seus pais como revela o depoimento a seguir: “Eles pensam que o jovem terminando o segundo grau vão tudo para a cidade, então eles tão fazendo de tudo para que isso não aconteça. A gente percebe isso...Eles querem mostrar para a gente que a vida no campo pode ser boa também”. E foi procurando contemplar os campos específicos da cultura e do lazer, os quais, como se sabe, encontram-se relacionados – que, no ano de 2000, objetivando oferecer aos jovens oportunidades dessa natureza, formou-se, na comunidade, o já mencionado grupo de teatro.

A formação do grupo teve início a partir da organização de uma oficina voltada à aquisição de conhecimentos específicos sobre teatro, seguida de sucessivas reuniões as quais ocorriam geralmente aos sábados. Referenciados pelas mencionadas metodologias participativas, os jovens foram envolvidos desde o processo de criação e redação da peça a ser encenada à escolha do figurino. A Assesoar designou um agente para coordenar o grupo, responsabilizando-se pelos ensaios e condução das demais decisões, as quais, segundo nos informou, eram tomadas sempre em conjunto com os participantes. O objetivo da formação do grupo era o de levar os seus integrantes à reflexão, tanto no que se refere àqueles que atuariam nas peças, como àqueles que as assistiriam. E foi por isso que, desde o início, deu-se a opção, pela criação e redação das peças pelo próprio grupo, o qual buscava, por meio do teatro, uma educação política. Tal opção vincula-se à recusa do grupo de limitarem-se a ser tão-somente intérpretes do pensamento e da sensibilidade alheia. Não que essa recusa se desse em absoluto, havia um reconhecimento pelo valor estético e conteúdo social dessas peças, mas as mesmas eram consideradas distantes da realidade e dos objetivos pretendidos pelo grupo, além do fato de impedirem algo também considerado educativo: o processo de criação. O agente entrevistado menciona esses aspectos e se refere a essa estratégia - a de redigirem as próprias peças - como uma das estratégias de *empoderamento* dos jovens rurais:

A gente é o que a gente vive todo o dia, quer dizer [na feitura da peça] a gente contextualiza. É muito mais fácil eu pegar “Os Saltimbancos” do Chico Buarque, dar para você encenar e eu dirigir...[escrever as próprias peças] esse é um processo que vai empoderando eles. É um processo de sistematização que o teatro tá fazendo. É uma coisa assim, não é puro e simplesmente técnico. Não implica só teatro, implica todo um trabalho de pesquisa, sistematização, conhecimento, quer dizer, tu vai ter que buscar conhecimento, vai ter que compor teus personagens e à medida que as pessoas vão fazendo, vão participando deste processo, elas não vão se formando somente atores, elas vão se formando dramaturgos, vão se formando pensadores do teatro, elas vão se formando pensadores em uma sociedade nova. Essa é a questão! Então a gente acredita assim, né? Esse processo vai empoderando, mas você precisa participar dele, ao contrário você não cresce junto.

Observa-se que a forma como o grupo estudado se apropriou do gênero dramático está intimamente ligado a uma forma de atuação política, considerada conscientizadora, pois por meio de suas peças procuravam retratar os anseios e dificuldades enfrentadas por um segmento específico, que é o do homem do campo. São construções que lembram aquele teatro político proposto por Bertolt Brecht¹², ou seja, um teatro cuja função didática e pedagógica tornar-se-ia um meio para a libertação do homem. No que se refere à maneira como eram trabalhados esses aspectos, o coordenador do grupo de teatro assinala:

¹² LOPES, Joana. A encenação do didático (ou uma maneira de ser estética numa perspectiva didática). In: Barder, Wolfgang (org.) **Brecht no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O educacional e o político vão acontecendo à medida em que vão acontecendo as falas, ele acontece no processo (...) Tu vai trabalhando e a questão é que eles precisam fazer a relação. O mundo hoje, eu disse hoje, é feito de relações. O mundo hoje é feito das relações que se estabelecem, das coisas com as coisas, das coisas com os seres vivos, desses entre si. Então você precisa estabelecer relações. Então torno-me mais humano à medida que eu consigo perceber essas diferenças e lidar com elas. Então é um pouco isso e a gente vai trabalhando essas questões todas.

Além disso, com a formação do grupo de teatro, pretendia-se, ainda, estimular os jovens à participação e à tomada de decisões, mas como já nos referimos anteriormente, isso não ocorre - como é comum em processos sociais dessa natureza - na sua inteireza. O mesmo agente entrevistado quando perguntado quanto à escolha dos temas para o desenvolvimento da peça, respondeu demonstrando que nem sempre as idéias apresentadas pelos jovens são aceitas, como se pode observar pelo depoimento a seguir: "Eles é que fazem, eles tem a idéia...a intenção é nunca, como é que eu vou dizer...é nunca desprezar a idéia de ninguém. Se possível usar todas as idéias. Claro que às vezes em uma ou em outra você não usa ou modifica."

A escolha dos papéis para representação de cada personagem também se dava por meio de uma espécie de consenso, e foi assim que os jovens entrevistados se referiram à definição dos papéis, mas o que se observa é que os principais ou dos protagonistas eram sempre destinados aos mais desinibidos, àqueles que não se envergonhavam de representá-los. Havia também aqueles casos em que o dirigente do teatro interferia na distribuição ou realocação de papéis, procurando dirimir conflitos ou buscando manter a peça em encenação, como é possível observar pela sua fala a seguir:

Alguns papéis eu interfiro. Algumas vezes, sim. Por exemplo, teve uma menina que a gente teve que pedir para ela não sair, senão a peça não ia sair. Então a gente deu um papel para ela em função de que ela tinha saído. Então - vamos dar o papel para ela para evitar esse tipo de coisa. Dependendo às vezes, os meninos também. A gente tem que também ir administrando essas coisas. Administrando os melindres das relações.

Os recursos para a manutenção do grupo eram obtidos através de eventos festivos que eram organizados para esse fim, como bailes ou jantares. A organização dos eventos ficava sob a responsabilidade dos jovens, mas, via de regra, as famílias eram convidadas a participar das atividades promovidas. A primeira peça redigida intitulava-se "Vida na Roça", a qual ressaltava aspectos do próprio projeto e da qualidade de vida no campo e a segunda "Água Viva", abordando aspectos da natureza com um bem divino, portanto inalienável, ambas inseridas na perspectiva do teatro político-educativo.

Não obstante as atividades desenvolvidas, tanto as propriamente econômicas como aquelas voltadas ao campo cultural e de lazer, os agentes envolvidos, durante as entrevistas, continuavam a demonstrar preocupação quanto à migração campo-cidade por parte dos jovens, salientando ao mesmo tempo as dificuldades enfrentadas no tocante à reprodução da agricultura familiar - tanto as econômico-produtivas, como aquelas que tem sido agravadas com a possibilidade de muitas propriedades se verem sem sucessores num futuro muito próximo. Em vista disso, esses agentes procuraram, em primeiro lugar, compreender esse complexo processo, para então vislumbrar as possíveis alternativas por meio do desenvolvimento de ações que julgaram adequadas, como pode se observar pelo depoimento do agente da Assesoar entrevistado:

Tem um estudo que saiu na Epagri, aonde, nesse estudo, os jovens que vão embora do campo tem a mesma proporção daqueles estabelecidos, bem estabelecidos economicamente. Então o problema não é só econômico. Saem (até)

mesmo os bem estabelecidos. Então o problema não está só na dimensão econômica. O problema tá nas oportunidades outras que a comunidade oferece e aí uma delas é o lazer. E tem outra ainda: por dentro da estrutura familiar, as famílias são por tradição autoritárias. São hierárquicas. Os jovens não têm voz, têm dificuldades e isso é muito...nas escolas comunitárias, no pós-médio, agora você vai ver que 80% dos jovens que tem uma idéia inovadora pra implementar tem um grande limite da autoridade paterna e isso é um grande nó para avançar o trabalho.

O estudo sobre o qual se refere o agente entrevistado, foi realizado como apoio da Empresa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e do Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Agrário (Nead) e é o mais abrangente, feito até o presente momento,¹³ sobre a temática juventude rural com enfoque sobre os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.¹⁴ A pesquisa feita no oeste catarinense constatou que, no mínimo, 12% das propriedades familiares, correspondendo 9,2 mil dos 77 mil estabelecimentos familiares da região, estariam comprometidas por falta de sucessores.¹⁵ Esse fato torna-se relevante uma vez que muito provavelmente, na ausência de sucessores, essas propriedades serão num tempo relativamente curto, incorporadas por meio da compra, às de médio e grande porte, extinguindo-se, nesses locais, toda uma rede de sociabilidade previamente construída, bem como os equipamentos residenciais e sociais ali instalados para dar lugar a atividades agropecuárias que deles prescindem como, por exemplo, a de gado de corte.¹⁶ Além disso, é muito provável também que esses jovens que abandonaram a propriedade de seus pais, se encontrem em ocupações precárias nas cidades, desperdiçando, como apropriadamente assinala José de Souza Martins, no prefácio do referido livro, todo um saber afeto ao campo, acumulado desde a mais tenra idade.

O estudo realizado pelos pesquisadores utilizou como estratégia analítica a segmentação das categorias de agricultores tendo como referência os níveis de renda, ficando assim definidos: agricultores capitalizados, agricultores em transição e agricultores descapitalizados.¹⁷ Fundamentados nessa segmentação e também em um recorte de gênero, os pesquisadores procuraram saber quais as expectativas profissionais dos jovens entrevistados e quais elementos compunham o processo sucessório propriamente dito. Não se trata de reproduzir aqui os resultados dessa ampla pesquisa, algo por demais abrangente e entrecortado por variáveis diversas, mas tão-somente registrar um dos dados conclusivos - o de que os agricultores capitalizados são aqueles mais bem sucedidos, no que se refere a garantir a reprodução geracional em seus estabelecimentos. Ou seja, nesses estabelecimentos há uma possibilidade maior de que pelo menos um dos filhos se torne sucessor de seus pais. No entanto, os números coletados não são expressivamente distantes uns dos outros,¹⁸ e muito provavelmente tenha sido com base na compreensão que teve desses dados, cuja distância entre capitalizados, em transição e descapitalizados, ao seu ver, não se apresente significativa, é que o agente entrevistado afirmou ter conhecimento do desejo expresso de deixar a propriedade paterna, pelo menos por parte de alguns jovens, independente das oportunidades de trabalho.

Obviamente que as oportunidades econômicas são fundamentais e o agente entrevistado, bem como as demais instituições envolvidas no projeto, demonstraram ciência disso, tanto é que as primeiras ações desenvolvidas na comunidade foram as afetas ao campo econômico-produtivo. A ênfase na sua fala talvez tenha sido no intuito de chamar a atenção para o fato de que se aperceber, principalmente pela experiência reunida desde o início do projeto "Vida na Roça", de que esse aspecto, embora fundamental, necessita estar vinculado a outras ações, como as culturais e de lazer já desenvolvidas com a criação do grupo de teatro e dança. Sendo essas relevantes, mas também insuficientes, é que esse agente aponta para mais um fator que dificulta a permanência dos jovens junto aos pais: a relação hierárquica e autoritária estabelecida entre pais e filhos:

¹³ Esta pesquisa tem como referência uma primeira inserção na temática, feita pelos pesquisadores, abordando o processo sucessório, ocasião em foram selecionadas 55 famílias na região oeste catarinense. Os resultados dessa primeira incursão encontram-se em: ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP, Chapecó/Brasília, 1997.

¹⁴ Nessa nova incursão na temática feita pelos pesquisadores, mais abrangente e representativa, foram selecionadas 9.190 unidades familiares, localizadas em 17 municípios da região oeste catarinense. Consulte-se: SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri: Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2001.

¹⁵ Idem, p. 19-20.

¹⁶ Idem, p. 20.

¹⁷ Os agricultores capitalizados (renda superior a três salários mínimos por pessoa ocupada e correspondendo a 13% dos estabelecimentos agrícolas); agricultores em transição (renda entre um e três salários mínimos por pessoa ocupada e correspondendo a 29% dos estabelecimentos agrícolas); agricultores descapitalizados (renda menos que um salário mínimo por pessoa ocupada e correspondendo a 42% dos estabelecimentos agrícolas).

¹⁸ Os dados obtidos nesse estudo sobre o futuro profissional desejado pelos rapazes são os seguintes: entre os capitalizados 81% desejavam permanecer na agricultura como proprietário, entre os em transição, 74%, e entre os descapitalizados, 62%. Quanto ao desejo de trabalhar e morar na cidade, os dados são, respectivamente, 14%, 16% e 21%.

Por isso no “Vida na Roça” a gente começa a fazer aquela abordagem, que se transforma numa dimensão: a dimensão das relações interpessoais e intrafamiliares, as relações pais e filhos. Tanto é que a gente na escola tematiza as relações pais e filhos, porque a sociedade está atribuindo à escola a responsabilidade absoluta de educar os filhos e as famílias jogavam também para a escola e os pais não dão conta de seus filhos. Então o que está acontecendo? (...) Por isso que esse tema das relações começa a ganhar força devido a essa percepção. Porque mesmo que você tenha atividades produtivas, mesmo que você tenha atividades culturais no âmbito da comunidade, isso são avanços, mas tem o problema interno no âmbito das famílias.

No que se refere às relações intrafamiliares, Anita Brumer¹⁹ analisou a possibilidade de fixação do jovem no campo, especialmente verificando quais seriam as perspectivas de permanência desse jovem na própria propriedade familiar ou em outro estabelecimento. O trabalho foi focado na divisão do trabalho na unidade produtiva considerando o sistema de produção ou o grau de diversificação, a renda das atividades agrícolas, as formas de comercialização e a organização do trabalho familiar. O ponto de partida inicial era o de que quanto maior incidência desses aspectos maior probabilidade de o jovem permanecer no campo. O estudo conclui que fatores como uma maior adoção da divisão do trabalho no interior da propriedade familiar atribuindo ao jovem maior autonomia, maior poder de decisão e, sobretudo, rendimento próprio, são fatores que contribuem para a permanência do jovem no campo. Porém essa relação não é automática, isto é, os dados apontam para a inexistência de um único fator causal ou explicativo.

No campo as relações sociais encontram-se mais profundamente marcadas pela tradição, em vista disso, as decisões que dizem respeito ao patrimônio familiar e à família, ainda que se possam observar, em alguns casos, sensíveis alterações, são ainda culturalmente referenciadas pela autoridade paterna. É nesse sentido que os agentes, nesse projeto específico, buscam meios para que ocorram mudanças nas relações hierárquicas historicamente dadas no meio rural, as quais seriam obtidas por meio de um diálogo mais fecundo entre pais e filhos, visando com isso o estabelecimento de relações sociais mais democráticas no meio rural.

Os aspectos apontados são demonstrativos das muitas possibilidades de abordagem e do tema aqui brevemente tratado. Além disso, apresenta-se entrecortado por nuances diversos, sobretudo em um contexto em que a dualidade campo/cidade já não é tão demarcada, principalmente se levarmos em consideração as mudanças ocorridas no mundo rural nas últimas décadas, oferecendo ao homem do campo e à sua família, novas oportunidades de trabalho por meio da pluriatividade ou de atividades não-agrícolas como o turismo rural entre outras. Sobretudo é necessário que se ofereçam oportunidades por meio de efetivas políticas públicas (econômicas, educacionais, culturais e de lazer) àqueles jovens que desejem permanecer no campo dando seqüência à atividade laboral de seus pais. Foi apostando nisso que o projeto “Vida na Roça”, em uma parceria com os agentes governamentais, vêm desenvolvendo ações junto à agricultura familiar e, em especial, aos jovens rurais, ao mesmo tempo em que se utiliza de diversos meios para pressionar o Estado na formulação e no cumprimento de políticas públicas voltadas a esse representativo segmento da economia nacional.

Contribuição recebida em 28.03.2008 e aprovada em 19.05.2008.

¹⁹ BRUMER, Anita et al. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. **X Congresso da International Rural Sociology**, Rio de Janeiro, 31 de julho a 5 de setembro de 2000.